

**FUNDAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA  
CNPJ (MF) 27.450.709/0001-45**

**BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro (Em reais)**

ATIVO	Nota	2019	2018	PASSIVO	Nota	2019	2018
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.290.706,41	2.444.392,80	Fornecedores	8	242.911,75	292.985,83
Mensalidades a receber	5	570.343,15	936.895,20	Salários e encargos sociais	9	514.603,46	947.212,59
Adiantamento a empregados		10.842,63	65.932,99	Impostos a pagar	10	96.802,41	128.460,56
Adiantamentos a fornecedores		64.054,74	38.435,15	Antecipação de mensalidades	11	88.625,40	75.471,89
Demais ativos		42.304,37	29.089,43			<b>942.943,02</b>	<b>1.444.130,87</b>
		<b>2.978.251,30</b>	<b>3.514.745,57</b>	<b>Passivo não circulante</b>			
<b>Ativo não circulante</b>				Provisão para contingências	12	68.000,00	120.000,00
Depósitos judiciais	6	761.541,26	594.589,08			<b>68.000,00</b>	<b>120.000,00</b>
Investimentos		125,97	52,89	<b>Patrimônio social</b>			
Imobilizado tangível	7	2.831.310,72	2.905.262,09	Patrimônio social	13	5.187.249,71	5.088.458,98
Imobilizado intangível	7	15.287,49	15.287,49	Reservas Estatutárias		388.324,01	377.347,27
		<b>3.608.265,44</b>	<b>3.515.191,55</b>				
		<b>6.586.516,74</b>	<b>7.029.937,12</b>			<b>6.586.516,74</b>	<b>7.029.937,12</b>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em 31 de dezembro (Em reais)**

	Nota	2019	2018
<b>Receitas estatutárias</b>			
Mensalidades escolares e taxas			
. Mensalidades recebidas de alunos	15	15.405.493,91	16.612.612,93
. Taxas e outras receitas educacionais		536.959,88	488.471,24
. Serviços de Consultoria		149.175,35	64.633,00
. Trabalho Voluntário	17	6.092,35	6.183,48
Deduções, bolsas e abatimentos sobre a receita	16	(4.003.692,53)	(4.506.625,72)
		12.094.028,96	12.664.977,93
<b>Custo dos serviços educacionais</b>	18	(9.160.622,40)	(10.052.023,20)
<b>Superávit bruto</b>		<b>2.933.406,56</b>	<b>2.612.954,73</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>			
Administrativas e gerais	19	2.492.205,17	2.041.667,47
Trabalho Voluntário	17	6.092,35	6.183,48
<b>Financeiras</b>			
. Receitas		(251.494,95)	(261.308,96)
. Despesas	21	627.537,41	713.727,98
Outras receitas		(50.700,99)	(88.092,68)
Outras despesas		-	857,05
		2.823.638,99	2.413.034,34
<b>Superávit do exercício</b>		<b>109.767,57</b>	<b>199.920,39</b>
<b>Demonstração do Superávit abrangente</b>			
Superávit do exercício		109.767,57	199.920,39
Ajustes a incorporar		-	-
<b>Superávit abrangente</b>		<b>109.767,57</b>	<b>199.920,39</b>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro - (Em reais)**

	Patrimônio social	Reserva estatutária	Superávit (déficit) do exercício	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2018	4.908.530,63	357.355,23	-	5.265.885,86
Apropriação para superávits acumulados	-	-	199.920,39	199.920,39
Superávit do exercício	179.928,35	-	(179.928,35)	-
Apropriação para reserva estatutária e superávits acumulados	-	19.992,04	(19.992,04)	-
Em 31 de dezembro de 2018	5.088.458,98	377.347,27	-	5.465.806,25
Superávit do exercício	-	-	109.767,47	109.767,47
Destinação do superávit	98.790,73	-	(98.790,73)	-
Apropriação para reserva estatutária	-	10.976,74	(10.976,74)	-
Em 31 de dezembro de 2019	5.187.249,71	388.324,01	-	5.575.573,72

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em 31 de dezembro (Em reais)**

	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>		
<b>Superávit (Déficit) do Período</b>	<b>109.767,47</b>	<b>199.920,39</b>
Superávit (Déficit) do Período	109.767,47	119.920,39
<b>Ajustes ao Superávit (Déficit)</b>	<b>494.004,99</b>	<b>333.666,74</b>
Depreciações e Amortizações	494.004,99	333.666,74
<b>Superávit (Déficit) ajustado</b>	<b>603.772,46</b>	<b>533.587,13</b>
<b>Redução/Aumento dos Ativos</b>	<b>215.855,70</b>	<b>273.984,95</b>
. Créditos Operacionais	618.304,58	211.095,24
. Baixa da prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	(251.752,53)	12.596,30
. Adiantamentos a Funcionários	55.090,36	191.729,48
. Adiantamentos a Terceiros	(25.619,59)	20.307,96
. Almoxarifado	(9.393,87)	(2.264,14)
. Despesas a Apropriar	(3.821,07)	(9.202,22)
. Depósitos Recursais	(166.952,18)	(150.277,67)
<b>Aumento/Redução dos Passivos</b>	<b>(553.187,85)</b>	<b>(326.809,97)</b>
. Fornecedores	(50.950,35)	(67.697,65)
. Impostos e contribuições a recolher	(1.422,12)	3.977,22
. Salários a pagar	(421.249,99)	(233.620,05)
. Obrigações com terceiros	(7.162,38)	11.400,42
. Outras Obrigações	(22.700,58)	(19.775,19)
. Contingências futuras	(52.000,00)	(23.000,00)
. Cartão de credito	2.297,57	1.905,28
<b>Total Redução Ativos/Passivos</b>	<b>(337.332,15)</b>	<b>(52.825,02)</b>
Caixa líquido Prov/Util. das atividades operacionais	<b>266.440,31</b>	<b>480.762,11</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Aquisições de Imobilizado e Investimentos	<b>(420.126,70)</b>	<b>(87.794,95)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
<b>Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(420.126,70)</b>	<b>(87.794,95)</b>
Início do Ano	2.444.392,80	2.051.425,64
Fim do Ano	2.290.706,41	2.444.392,80
<b>Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(153.686,39)</b>	<b>392.967,16</b>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado e foi constituída em 27 de março de 1956, com sede própria na Rua Professor Berilo Basílio dos Santos, nº 180, Centro, na cidade de Aracruz, Espírito Santo.

Seu objetivo social é a manutenção de serviços de educação, voltada para o ensino fundamental e médio, cursos profissionalizantes e de idiomas no Centro Educacional de Aracruz (CEA), cursos superiores em ciências contábeis, administração, pedagogia, arquitetura e urbanismo, engenharia mecânica, química, civil e de produção, direito, enfermagem, psicologia, tecnólogos e, ainda, cursos de pós-graduação lato e stricto sensu nas Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ).

A entidade possui patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, sendo a sua utilidade pública, devidamente reconhecida pelos poderes públicos.

**NOTA 2 – Base de preparação**

**(a) Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis são apresentadas em observância às Práticas Contábeis adotadas no Brasil, baseadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial a NBC TG 1.000(R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aplicada em conjunto com a Interpretação Técnica Geral ITG 2002(R1) – Entidades sem fins lucrativos. As demonstrações contábeis foram aprovadas para apresentação em 10 de fevereiro de 2020.

**(b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

**(c) Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade é necessário utilizar o melhor julgamento possível para determinar através de estimativas, critérios e valores para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à vida útil do ativo imobilizado, provisões necessárias para a redução de ativos aos valores realizáveis, provisões necessárias para passivos, contingências e outras similares. A liquidação das transações e saldos apurados através do uso de estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores originalmente considerados. Estimativas e premissas são revisadas periodicamente e eventuais efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no exercício em que a estimativa foi revisada ou exercícios futuros que venham a ser afetados.

**(d) Continuidade operacional:** Os responsáveis pela governança corporativa da entidade avaliaram a adequação do uso da base de continuidade operacional, mediante a revisão da série histórica de geração de superávits, os indicadores operacionais relevantes, os desempenhos nas avaliações oficiais de cursos médios e superiores e os efeitos dos programas de financiamento governamental para cursos superiores, assim como o resultado das medidas de racionalização de custos e despesas que vem sendo empreendidas desde 2012 e os orçamentos financeiros para 2020 e anos subsequentes, tendo concluído pela inexistência de fatores que representem risco significativo quanto à continuidade operacional da entidade.

**NOTA 3 – Principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo, tem sido aplicada de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis. **(a) Apuração do superávit (déficit):** O superávit (déficit) do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas de mensalidades são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios significativos inerentes ao serviço são transferidas para o adquirente. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização. **(b) Instrumentos financeiros:** A entidade adotou as disposições da Seção 11 da NBC TG 1000(R1) para fins de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela entidade são: caixa e equivalentes de caixa, mensalidades e créditos a receber, contas a pagar a fornecedores e salários e encargos sociais. Tais instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado considerando, quando aplicável, a taxa efetiva de juros.

**(c) Ativos circulante e não circulante:** Um ativo é reconhecido quando se trata de recurso controlado pela entidade, decorrente de eventos passados e do qual se estima que resultem benefícios econômicos futuros. O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro, em espécie, mantido na entidade e saldos de contas bancárias de livre movimentação. As mensalidades a receber são apresentadas pelos valores líquidos de perdas previstas em sua realização, fundamentadas na análise individual da situação de cada contrato, conjugada com a avaliação dos consultores jurídicos da entidade acerca da possibilidade de realização dos créditos, quando aplicável. Os depósitos judiciais representam recursos vinculados a ações em curso, podendo ter sido efetuados por determinação do respectivo juízo em garantia de futura execução e/ou como garantia para apresentação de recurso a instância superior. Tais valores encontram-se depositados em contas de poupança, porém o respectivo rendimento não é reconhecido contabilmente uma vez que, no deslinde do feito, o correspondente depósito pode ser consignado à parte adversa. O ativo imobilizado é apresentado ao custo de aquisição. A depreciação é apurada pelo método linear e leva em consideração as vidas úteis abaixo:

	<u>Vida estimada em anos:</u>
Edificações	25
Móveis e utensílios, instalações, biblioteca e laboratórios	10
Veículos, computadores e periféricos e softwares	5

**(d) Passivos circulante e não circulante:** Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída decorrente de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para a sua liquidação. As provisões são registradas tendo por base as melhores estimativas da administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos. Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **(e) Regime especial de tributação:** Por tratar-se de instituição educacional sem fins lucrativos, o patrimônio, a renda e os sérvios prestados pela Fundação estão imunes ao Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e à COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), conforme disposições constitucionais e Lei nº 9.532/1997. Por seu turno, o PIS – Programa de Integração Social é calculado à alíquota de 1% sobre a folha de pagamento de salários. Também está isenta do recolhimento dos tributos municipais (ISS – Imposto sobre Serviços e IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana). **(f) Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a NBC TG 1.000(R1). **(g) Informações por segmento:** Não é requerida a apresentação dessa informação, uma vez que a entidade se dedica somente a atividades educacionais.

#### NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>Em Reais</u> <u>2018</u>
Fundo fixo de caixa	129,19	156,68
Bancos conta movimento:		
· Caixa Econômica Federal	35.908,07	10.133,80
· Banestes S.A.	2.254.669,15	2.434.102,32
	<b>2.290.706,41</b>	<b>2.444.392,80</b>

#### NOTA 5 – MENSALIDADES A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>Em Reais</u> <u>2018</u>
Mensalidades – Cursos de Graduação	311.422,58	241.553,37
Mensalidades – Cursos de Pós Graduação	28.803,12	1.050,00
Mensalidades – Educação Básica	42.989,10	26.189,00
Cheques e cartões de crédito a receber	28.625,21	14.708,54
Contratos em andamento – FIES e Outros	158.503,14	653.394,29
	<b>570.343,15</b>	<b>936.895,20</b>

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 contemplam perdas na realização de créditos de R\$ 2.197.340,98 (2018: R\$ 1.945.588,44), referente a mensalidades relacionadas a contratos de prestação de serviços educacionais em processo de cobrança administrativa, normalmente inscritos nos órgãos de cobrança e “negativação” de crédito. O reconhecimento das perdas potenciais não prejudica o encaminhamento desses créditos aos consultores jurídicos para que se proceda à correspondente cobrança.

#### NOTA 6 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Correspondem aos valores depositados em juízo, relativos a ações cíveis, tributárias e trabalhistas, realizados para garantir a execução dessas ações ou para suspender a exigibilidade de crédito tributário. Os depósitos judiciais são corrigidos, na sua maioria, pela Taxa Referencial (TR), dependendo da natureza jurídica.

	<u>2019</u>	<u>Em Reais</u> <u>2018</u>
· Processos	761.541,26	594.589,08
	<b>761.541,26</b>	<b>594.589,08</b>

Os saldos de depósitos recursais demonstrados acima, são compostos basicamente da seguinte forma:

a) Receita Federal do Brasil (R\$ 207.411,81), para garantir a emissão de certidão negativa quanto a débitos de INSS, efetuados em 2013 e complementados em 2014; b) Consignação em pagamento de imposto sindical (R\$ 10.291,07), realizado em 2017; c) Ação civil pública relacionada a reajuste de mensalidades, totalizando R\$ 543.838,38 em 31/12/2019, com depósitos mensais regulares desde de novembro de 2016.

#### NOTA 7 - IMOBILIZADO

	<u>Saldos líquidos (em Reais)</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>IMOBILIZADO TANGÍVEL</b>		
Terrenos	176.135,01	176.135,01
Prédios e Edificações	1.133.224,90	1.248.732,12
Instalações	214.307,06	269.106,91
Móveis e Utensílios	117.239,51	137.515,59
Veículos	48.377,13	69.161,49
Biblioteca	237.825,94	292.004,85
Benfeitorias	292.694,15	32.337,19
Computadores e periféricos	107.481,98	102.582,86
Equipamentos de laboratório	269.043,27	309.504,76
Outros	234.981,77	300.518,50
	<b>2.831.310,72</b>	<b>2.905.262,09</b>
<b>IMOBILIZADO INTANGÍVEL</b>		
Softwares	-	-
Marcas, patentes e outros.	15.287,49	15.287,49
	<b>15.287,49</b>	<b>15.287,49</b>

A movimentação em 2019 do imobilizado tangível e da depreciação acumulada pode ser assim demonstrada:

	<u>SALDO EM</u> <u>01/01/2019</u>	<u>ADIÇÕES</u>	<u>BAIXAS</u>	<u>SALDO EM</u> <u>31/12/2019</u>
<b>IMOBILIZADO TANGÍVEL</b>				
Terrenos	176.135,01	-	-	176.135,01
Prédios e Edificações	2.887.818,75	-	-	2.887.818,75
Instalações	590.738,65	-	-	590.738,65
Móveis e Utensílios	913.761,15	25.666,40	-	939.427,55
Veículos	103.922,23	-	-	103.922,23
Benfeitorias	35.133,89	326.447,08	-	361.580,97
Biblioteca	1.107.240,65	6.602,15	-	1.113.842,80
Computadores e periféricos	527.087,92	46.089,99	-	573.177,91
Equipamentos de laboratório	777.268,61	5.250,00	-	782.518,61
Outros	572.650,65	9.998,00	-	582.648,65
	<b>7.691.757,51</b>	<b>420.053,62</b>	<b>-</b>	<b>8.111.811,13</b>
<b>DEPRECIÇÃO ACUMULADA</b>				
Prédios e Edificações	1.639.086,63	115.507,22	-	1.754.593,85
Instalações	321.631,74	54.799,85	-	376.431,59
Móveis e Utensílios	776.245,56	45.942,48	-	822.188,04
Veículos	34.760,74	20.784,36	-	55.545,10
Benfeitorias	2.796,70	66.090,12	-	68.886,82
Biblioteca	815.235,80	60.781,06	-	876.016,86
Computadores e periféricos	424.505,06	41.190,87	-	465.695,93
Equipamentos de laboratório	467.763,88	45.711,49	-	513.475,37
Outros	304.469,34	43.197,54	-	347.666,88
	<b>4.786.495,45</b>	<b>494.004,99</b>	<b>-</b>	<b>5.280.500,44</b>

**NOTA 8 – FORNECEDORES**

Refere-se as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes. A liquidação de tais obrigações está escalonada para o curto prazo.

	Em Reais	
	2019	2018
Fornecedores diversos	242.911,75	292.985,83
	<b>242.911,75</b>	<b>292.985,83</b>

**NOTA 9 – SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS**

	Em Reais	
	2019	2018
Salários a pagar	1.877,65	396.770,83
INSS a pagar	94.883,62	53.301,85
FGTS a pagar	85.512,68	91.614,26
GRFC a recolher	-	2.168,42
Previdência privada a pagar	42.095,71	46.632,41
Rescisão contratual a pagar	608,00	10.920,47
Outras obrigações trabalhistas	22.672,95	62.807,16
Provisão de férias	244.910,89	259.630,45
Provisão de PIS sobre férias	2.449,10	2.596,30
Provisão de FGTS sobre férias	19.592,86	20.770,44
	<b>514.603,46</b>	<b>947.212,59</b>

**NOTA 10 – IMPOSTOS A PAGAR**

	Em Reais	
	2019	2018
IRRF apurado na folha de pagamento de salários	85.054,89	115.552,35
PIS sobre folha de pagamento de salários	10.792,27	11.838,80
Outros (retenções sobre faturas de fornecedores)	955,25	1.609,41
	<b>96.802,41</b>	<b>128.460,56</b>

**NOTA 11 – ANTECIPAÇÃO DE MENSALIDADES**

Representam recebimentos antecipados de serviços a executar, decorrem dos valores efetivamente recebidos a título de matrículas e rematrículas até 31 de dezembro, cuja obrigação de prestação de serviços se inicia no exercício seguinte.

	Em Reais	
	2019	2018
Antecipação de mensalidades	88.625,40	75.471,89
	<b>88.625,40</b>	<b>75.471,89</b>

**NOTA 12 – CONTINGÊNCIAS**

Em 2012, a condição de isenção das contribuições previdenciárias da Entidade foi suspensa em relação aos anos-calendário de 2008 e 2009, haja vista a não apresentação tempestiva do certificado de Filantropia, emitido pelo MEC. Como consequência, em ato contínuo, foram lavrados dois autos de infração, no montante de R\$ 6.050 mil (já computadas a multa e os juros), para evitar a prescrição da Contribuição Previdenciária supostamente não recolhida.

Foi apresentada defesa administrativa que suspendeu a exigibilidade dessa cobrança, visto que a Fundação está discutindo, também administrativamente, o ato que pretende retirar a isenção de contribuição previdenciária (Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). Os consultores jurídicos estimam que sejam possíveis as chances de desfecho favorável dessa ação, haja vista que o argumento chave da suspensão da isenção é o cumprimento intempestivo de uma obrigação acessória sanada posteriormente.

A Fundação é parte integrante de processos cíveis e trabalhistas. Embora não seja possível determinar o desfecho dessas questões, a administração registrou provisões para contingências, relacionadas com probabilidade de desfecho desfavorável indicado por seus consultores jurídicos, em 31/12/2019 no montante de R\$ 68.000,00 (31/12/2017: R\$ 120.000,00).

As provisões constituídas quanto a tributos e contribuições previdenciárias e trabalhistas, assim como os livros e registros contábeis e auxiliares da entidade, estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais, por prazos prescricionais variados.

**NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Patrimônio Social**

Representado pela dotação inicial integralizada pelos instituidores da Fundação, está assim apresentado.

	Em Reais	
	2019	2018
Patrimônio social	5.187.249,71	5.088.458,98
	<b>5.187.249,71</b>	<b>5.088.458,98</b>

**Reserva estatutária**

O Estatuto Social, em seu artigo 37, determina que sobre o superávit líquido será constituído fundo de reserva de 10%, ficando o restante do superávit destinado as novas inversões para os exercícios seguintes, de acordo com as previsões orçamentárias.

	Em Reais	
	2019	2018
Reserva estatutária	388.324,01	377.347,27
	<b>388.324,01</b>	<b>377.347,27</b>

Nos termos da legislação tributária e previdenciária, os superávits devem ser aplicados integralmente na aquisição de bens do ativo imobilizado relacionados com suas operações sociais, sendo admitidas as aplicações financeiras desses recursos enquanto não realizadas essas aquisições. Os superávits da Entidade vêm sendo integralmente aplicados em conformidade com a legislação, conforme demonstrado em relação ao quadriênio 2016/2019:

	Em Reais				Total
	2016	2017	2018	2019	
<b>RECURSOS APLICADOS NO IMOBILIZADO</b>					
Prédios e Edificações	-	-	-	-	-
Instalações	30.807,69	-	10.567,37	-	41.375,06
Veículos	-	-	62.669,02	-	62.669,02
Móveis e Utensílios	11.245,00	39.547,46	-	25.666,40	76.458,86
Benfeitorias	-	-	35.133,89	326.447,08	361.580,97
Biblioteca	89.211,24	119.576,42	4.950,71	6.602,15	220.340,52
Equipamentos de informática	68.802,68	46.392,14	25.528,00	46.089,99	186.812,81
Outros Equipamentos, inclusive laboratório.	226.609,92	217.470,37	38.513,12	15.248,00	497.841,41
Softwares	-	-	-	-	-
	<b>426.676,53</b>	<b>422.986,39</b>	<b>177.362,11</b>	<b>420.053,62</b>	<b>1.447.078,65</b>
<b>RECURSOS UTILIZADOS:</b>					
Superávits apurados no quadriênio					<b>1.447.078,65</b>

**NOTA 14 – RECONHECIMENTO OFICIAL DE ENTIDADE BENEFICENTE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A última Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS deferida pelo Ministério da Educação em favor da Fundação refere-se ao período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, reconhecida através da aprovação do Termo de Ajuste de Gratuidade (TAG) nº 22, publicado em 27 de dezembro de 2018.

O processo de renovação CEBAS nº 23000.008818/2015-6 protocolado em 1º de julho de 2015, encontra-se em fase de recurso administrativo, em virtude do suposto descumprimento de único requisito, a saber, o suposto não atingimento de percentual de bolsas de estudos devidas nos termos da Lei nº 12.101/2009. E o pedido de renovação de 13 de dezembro de 2018, relativos aos triênios 01/01/2019 a 31/12/2021, encontra-se sobre análise.

No presente momento não é possível antecipar a conclusão da análise a que estão sendo submetidos os processos de recurso administrativo e de renovação do CEBAS e a administração da entidade, baseada em sua experiência prévia e no aconselhamento de seus consultores legais entende não ser necessária a constituição de qualquer provisão para riscos relacionados com esta certificação.

**NOTA 15 – RECEITAS DE MENSALIDADES**

	Em Reais	
	2019	2018
Cursos de graduação	12.409.958,68	13.676.397,15
Cursos de pós-graduação	310.071,58	380.717,95
Ensino médio	721.622,01	579.331,93
Ensino fundamental	1.963.841,64	1.976.165,90
Curso de Capacitação	60.681,61	26.550,00
	<b>15.466.175,52</b>	<b>16.639.162,93</b>

**NOTA 16 – DEDUÇÕES, BOLSAS E ABATIMENTOS**

	Em Reais	
	2019	2018
Bolsas Integrais PROUNI	1.332.101,83	1.651.930,09
Programa Nossa Bolsa	649.754,61	620.728,17
Bolsas Educacionais - Terceiros	1.260.254,18	1.065.839,05
Bolsas Educacionais - Funcionários	269.728,38	315.306,21
Bolsas Educ. Termo Ajuste de Grat. nº 22/2018	51.556,90	-
PROUNI Educ. Termo Ajuste de Grat. nº 22/2018	52.386,96	-
Descontos Incondicionais	-	737.108,47
Desc. Concedidos S/Mensalidades	387.909,67	115.713,73
	<b>4.003.692,53</b>	<b>4.506.625,72</b>

Representam os montantes dos abatimentos e bolsas concedidas, nos termos da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e alterações subsequentes, para assegurar à Instituição o direito à isenção de contribuições para a seguridade social, que é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, que atuam nas áreas de assistência social, saúde ou educação, nos termos da citada Lei.

Conforme demonstrado na tabela acima, a Fundação São João Batista em consonância com o Art. 17 da lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e Instrução Normativa MEC nº 02 de 25 de outubro de 2013, passou a cumprir em 2019 o Termo de Ajuste de Gratuidade (TAG) nº 22/2018, devido ao indeferimento do pedido de Renovação do Certificado de Entidades de Assistência Social (CEBAS) protocolado no Ministério de Educação em 26/07/2012. Durante o cumprimento da TAG a Fundação São João Batista, através de suas mantidas Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ) e Centro Educacional de Aracruz (CEA), deverá conceder o número de bolsas não concedido, com o acréscimo de 20% (vinte por cento), sendo 25% (vinte e cinco por cento) do montante de gratuidade a ser compensado ou do número de bolsas não concedido, ao final do primeiro período de doze meses de execução do Termo de Ajuste de Gratuidade, 60% (sessenta por cento) do montante de gratuidade a ser compensado ou do número de bolsas não concedido, ao final do segundo período de doze meses e 100% (cem por cento) do montante de gratuidade a ser compensado ou do número de bolsas não concedido, ao final do terceiro período de doze meses.

**NOTA 17 – TRABALHO VOLUNTÁRIO**

Os itens 19 e 24 da ITG 2002(R1), determinam que o trabalho voluntário prestado à entidade, inclusive pelos membros que integram voluntariamente os órgãos da administração, no exercício das funções de gestão da Fundação, devem ser reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço, como se houvesse ocorrido o desembolso financeiro.

Em 2017 foi reconhecido a forma adequada de demonstração, sendo apurado com base na política de gestão de cargos e salários o valor justo da hora para cada membro do Conselho Curador, que é composto por 4 (quatro) conselheiros. Em 2019 foram realizadas 2 (duas) Assembleias gerais e 14 reuniões gerenciais o que totalizou 36 horas anuais (2018: 38 horas), resultando no valor apurado e demonstrado abaixo. O valor justo da hora foi atualizado pelo mesmo índice aplicado ao acordo coletivo de trabalho

SERVIÇO PRESTADO	HORA DISPENDIDA	VALOR JUSTO DA HORA	VALOR JUSTO TOTAL	Em Reais	
				2019	2018
Presidente - Conselho Diretor	36,00	72,92	2.624,96		
Vice Presidente - Conselho Diretor	36,00	48,04	1.729,52		
Tesoureira - Conselho Diretor	36,00	27,84	1.002,24		
Secretária Geral - Conselho Diretor	36,00	20,43	735,62		
			<b>6.092,35</b>		
				<b>6.092,35</b>	<b>6.183,48</b>

**NOTA 18 – CUSTO DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS**

	Em Reais	
	2019	2018
Salários e encargos sociais	7.520.432,83	8.264.349,91
Serviços de terceiros e utilidades	776.698,16	952.863,75
Despesas gerais	225.966,62	178.273,03
Materiais e bens de pequeno valor	292.219,22	385.158,73
Depreciação e amortização	345.305,57	271.377,78
	<b>9.160.622,40</b>	<b>10.052.023,20</b>

**NOTA 19 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	Em Reais	
	2019	2018
Salários e encargos sociais	1.437.708,76	1.491.141,92
Serviços de terceiros e utilidades	561.356,52	274.398,86
Despesas gerais	38.342,90	44.366,94
Materiais e bens de pequeno valor	54.345,14	93.270,88
Provisão para perdas com créditos incobráveis	251.752,53	(12.596,30)
Depreciação e amortização	148.699,32	151.085,67
	<b>2.492.205,17</b>	<b>2.041.667,47</b>

**NOTA 20 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

A entidade possui Plano de Previdência Privada determinado por Convenção Coletiva de Trabalho, extensível a todos os seus empregados. O respectivo ônus corresponde a 5% (cinco por cento) do salário base individual de cada beneficiário. O correspondente depósito é efetuado em conta nominal junto à Unimed Seguros. A Fundação não possui ingerência, direitos ou obrigações relacionadas com a administração desse plano de benefícios. Em 2019 foram incorridos R\$ 292.898,17 (2018: R\$ 327.675,89) a esse título, integralmente apropriados como custos ou despesas, dependendo do cargo ou função do empregado.

**NOTA 21 – DESPESAS FINANCEIRAS**

	Em Reais	
	2019	2018
Despesas FGEDUC	78.909,98	110.476,53
Descontos concedidos	361.757,55	406.220,86
Despesas de juros e encargos financeiros	64.377,74	70.542,03
Comissões sobre operações financeiras	73.763,28	49.972,63
Perdas	-	15.537,96
Despesas bancárias e outras	48.728,86	60.977,97
	<b>627.537,41</b>	<b>713.727,98</b>

**NOTA 22 – RENÚNCIA FISCAL**

Em virtude de ser uma entidade educacional sem fins lucrativos, a Fundação goza de imunidade quanto ao pagamento dos impostos federais, estaduais e municipais incidentes sobre seu patrimônio, renda ou serviços, nos termos do Art. 150 da Constituição Federal, art. 9º do Código Tributário Nacional e arts. 181 do Decreto no 9.580/2018 – Regulamento do Imposto de Renda. Tal imunidade também alcança a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social de que tratam os Arts. 22 e 23 da Lei no 8.212/1991. Em relação ao PIS, a Fundação está sujeita ao seu pagamento sobre a folha de salários. Atendendo a disposição do item 27 (c) da ITG 2002(R1), são divulgados abaixo a relação dos tributos que foram objeto de renúncia fiscal:

**(a) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS:**

	Em Reais	
	2019	2018
Contribuição Social - Autônomos	27.914,78	16.787,41
Contribuição Social - SAT	32.717,67	36.342,82
Contribuição Social - Terceiros	294.459,05	327.085,34
Contribuição Social - Cota Patronal	1.308.706,87	1.453.712,63
	<b>1.663.798,37</b>	<b>1.833.928,20</b>

**(b) Demais tributos:**


	Em Reais	
	2019	2018
Imposto Sobre Serviços - ISS	804.581,45	849.790,21
Programa de Integração Social - PIS	104.595,58	110.472,73
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	482.748,87	509.874,12
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	1.453.027,33
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	531.729,84
	<b>1.391.925,90</b>	<b>3.454.894,23</b>


**NOTA 23 – POLÍTICA DE SEGUROS**

A Entidade mantém estratégia de seguros compatível com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das atividades, os riscos envolvidos nas operações e a orientação dos corretores. Em 31 de dezembro de 2019 eram as seguintes as apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramo	Cobertura	Vigência	Seguradora
<b>Prédio e instalações</b>			
Danos Materiais	R\$ 15.000 milhões	29/04/2020	Mitsui Sumitomo Seguros
RC - Terceiros	R\$ 200 mil		
<b>Veículos 1</b>			
Casco	100% FIPE	09/03/2020	BANESTES Seguros
RC-Terceiros	R\$ 100 mil		
<b>Veículos 2</b>			
Casco	100% FIPE	17/10/2020	BANESTES Seguros
RC-Terceiros	R\$ 100 mil		

A administração da Entidade entende que as coberturas são suficientes para fazer face a eventuais sinistros e evitar perdas com ativos.

  
 FUNDAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA  
 CELSO MARIA GUISSO CABRAL  
 CPF: 364.193.117-72  
 PRESIDENTE

  
 CONTAAL CONTAB E ASSESSORIA ARACRUZ LTDA  
 Contador(a): MARIA DA PENHA MERLO  
 CPF: 148.476.047-68  
 CRC: 2103

**RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aracruz, 13 de fevereiro de 2020.

Ao  
 Conselho diretor da  
**FUNDAÇÃO SÃO JOÃO BATISTA**  
 Vitória – ES

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis Fundação São João Batista, ("FSJB"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação São João Batista em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação São João Batista, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

**Ênfase – Reconhecimento oficial de entidade beneficente da assistência social**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 14 às demonstrações contábeis, que apresenta o estágio do processo n° 23000.008818/2015-6 de renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação São João Batista continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação São João Batista ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação São João Batista.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação São João Batista. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação São João Batista a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais sugestões de melhorias nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**RSM**  
**RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
**CRC 2 RJ 4080/O-9 – S - ES**

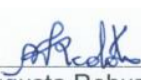
  
**Breno Mamari Pessoa**  
**Contador CRC 1 ES 15.212/O-9**

**PARECER DO CONSELHO CURADOR**

Tendo procedido aos Exames do Balanço Patrimonial, das contas de Receitas e Despesas e de toda documentação referente ao Exercício de 2019, recomendamos a sua aprovação na íntegra.

  
 Adevanil Claudio Félix

  
 José Fernando Da Rós

  
 Maria Augusta Rebuszi Zucolloto